

## INSTRUÇÕES PARA OS PROPONENTES

**REFERÊNCIA: CIG 9957422494**

Ao apresentarem uma proposta, os proponentes devem seguir todas as instruções, formulários, caderno de encargos, disposições contratuais e especificações constantes do presente processo do concurso. Se o proponente não apresentar todas as informações e documentos necessários dentro do prazo fixado, a sua proposta pode ser rejeitada.

As presentes instruções definem as regras para a apresentação e seleção das propostas. As presentes instruções são aplicáveis ao presente concurso, em conformidade com o guia prático (disponível no seguinte endereço Internet: <https://wikis.ec.MZNpa.eu/display/ExactExternalWikiPT/ePRAG>).

### 1. Serviços a prestar

Os serviços requeridos pela entidade adjudicante são descritos no caderno de encargos e figuram no **anexo II** do projeto do contrato, que constitui a parte B do presente processo do concurso.

### 2. Calendário

	DATA	HORA
Reunião de informação	21/08/2023	
Data-limite para solicitar esclarecimentos à entidade adjudicante	28/08/2023	12.00
Data-limite para a prestação de esclarecimentos pela entidade adjudicante	10/09/2023	-
Data-limite para a apresentação das propostas	30/09/2023	12.00
Entrevistas (se for caso disso)	Outubro 2023	-
Data de conclusão da avaliação das propostas técnicas	Outubro 2023	-
Notificação da adjudicação do contrato	Outubro 2023	-
Assinatura do contrato:	Outubro 2023	-
Data de início	01/11/2023	-

### 3. Participação, peritos e subcontratação

- a) As pessoas singulares ou coletivas não estão autorizadas a participar neste concurso nem lhes poderá ser atribuído um contrato se se encontrarem numa das situações referidas na rubrica 2.4 (medidas restritivas) e nos pontos 2.6.10.1.1 (critérios de exclusão) ou 2.6.10.1.2. (rejeição de participação num concurso) do **guia prático**. Caso se encontrem numa destas situações, a sua proposta será considerada inapropriada ou irregular.
- b) Nos casos enumerados no artigo 2.6.10.1.1 do **guia prático**, os proponentes podem ser excluídos dos procedimentos de adjudicação financiados pela EU/AICS e ser objeto de sanções financeiras de montante até 10 % do valor total do contrato em conformidade com o regulamento financeiro em vigor.
- c) Os operadores económicos ou consórcios selecionados não podem formar alianças com quaisquer outras sociedades nem subcontratar serviços entre si para efeitos da execução do presente contrato.
- d) O contrato entre o proponente/adjudicatário e os seus peritos, ou o terceiro que disponibiliza esses peritos, deverá conter uma disposição segundo a qual o contrato está sujeito à aprovação do país parceiro. Recomenda-se, além disso, que contenha uma cláusula de resolução de litígios.
- e) Para efeitos da execução do contrato, a subcontratação é a única forma autorizada de colaboração com empresas que não tiverem sido pré-selecionadas. O proponente e, se aplicável, as entidades em cujas capacidades o proponente se baseou no respeitante aos critérios relativos à capacidade económica e financeira são solidariamente responsáveis pela execução do contrato. Se tencionar subcontratar uma ou mais partes dos serviços contratados, o proponente deve especificar claramente esse facto na organização e metodologia e no formulário de apresentação da proposta.

A entidade adjudicante exige que:

- 1 . Apenas as actividades ligadas a organização logística para a realização dos seminários relacionados ao resultado 2 e 3 (descrição no anexo II parte B) possam ser subcontratadas.
- f) Todos os subcontratantes, bem como todas as entidades a cujas capacidades o proponente recorre no respeitante aos critérios de seleção, devem ser elegíveis para o contrato. Caso a identidade do subadjudicatário previsto já seja conhecida na data da apresentação da proposta, o proponente deve apresentar uma declaração garantindo a elegibilidade do subadjudicatário. Se um dos subadjudicatários/entidade que apresente capacidades deste modo identificados não satisfizer os critérios de elegibilidade, a proposta será rejeitada. Caso a identidade do subcontratante não seja conhecida na data da apresentação da proposta, os eventuais subcontratos serão adjudicados em conformidade com o artigo 4.º das condições gerais do contrato.
- g) Os subcontratantes e as entidades que proporcionam capacidades não se podem encontrar em nenhuma das situações de exclusão enumeradas no artigo 2.6.10.1 do guia prático. O proponente/subadjudicatário selecionado apresentará uma declaração do subadjudicatário/entidade que apresente capacidades previsto segundo a qual não se encontra numa das situações de exclusão. Em caso de dúvida, a entidade adjudicante solicitará provas documentais que demonstrem que o subcontratante/entidade que fornece capacidades não se encontra efetivamente numa situação de exclusão.

- h) Para esclarecer quaisquer dúvidas, quando os peritos não são diretamente empregados nem contratados pelo proponente/adjudicatário, mas por intermédio de um terceiro, este último é um subcontratante.

Os peritos disponibilizados por terceiros (subcontratantes) são considerados, para todos os efeitos relacionados com o presente contrato, pessoal do adjudicatário.

#### 4. Conteúdo das propostas

As propostas, os documentos relacionados com a proposta e toda a correspondência trocada entre o proponente e a entidade adjudicante devem ser redigidos em português.

Os documentos comprovativos e as brochuras apresentadas pelo proponente podem estar redigidos numa outra língua oficial da UE. Para efeitos de interpretação da proposta, prevalece a língua do concurso.

A proposta deve incluir uma proposta técnica e uma proposta financeira, que devem ser apresentadas em sobrescritos separados (ver cláusula 8). A proposta técnica e a proposta financeira devem ser constituídas por um original, que deve ostentar claramente a menção «**Original**», e por 1 cópia (por razões de ordem ambiental, sugere-se a impressão na frente e no verso.), com a menção «**Cópia**».

No sobrescrito separado em que é apresentada a proposta técnica impressa deve ser igualmente incluída a versão eletrónica da proposta técnica. No sobrescrito separado em que é apresentada a proposta financeira impressa deve ser igualmente incluída a versão eletrónica da proposta financeira. Em caso de discrepância entre a versão eletrónica e a versão original impressa, prevalece a versão impressa.

O incumprimento do disposto nas cláusulas 4.1, 4.2 e 8 constitui uma irregularidade que pode originar a rejeição da proposta.

##### 4.1. Proposta técnica

A proposta técnica é constituída pelos documentos a seguir enumerados.

Os documentos enumerados nos pontos 1 a 4 devem ser apresentados no prazo fixado para a apresentação das propostas.

As provas documentais enumeradas nos pontos 5 e 6 infra não devem ser apresentadas no prazo fixado para a apresentação das propostas. Estas devem ser preparadas pelos proponentes e conservadas para poderem ser disponibilizadas à entidade adjudicante. A entidade adjudicante pode, em qualquer momento do procedimento de adjudicação, solicitar as provas documentais. Se for o caso, o proponente deverá apresentar os documentos comprovativos solicitados num curto prazo. Em todos os casos, o proponente selecionado pela comissão de avaliação para a adjudicação do contrato será convidado a apresentar os documentos comprovativos enumerados nos pontos 5 e 6 abaixo antes da adjudicação do contrato.

- (1) **O formulário de apresentação da proposta** (constante do presente processo do concurso, Parte D) que incluirá:

- a) Uma **declaração** de honra assinada, utilizando o modelo anexo ao formulário de apresentação da proposta (ver anexo VI do projeto do contrato).

- b) Uma **ficha de identificação financeira** devidamente preenchida (ver anexo VI do projeto do contrato) de que constem os dados da conta bancária prevista para o depósito dos pagamentos no âmbito do contrato, caso este venha a ser adjudicado ao proponente em causa.
  - c) A **ficha de entidade jurídica** e os documentos comprovativos conexos (ver anexo VI do projeto do contrato).
  - d) A **declaração de proteção de dados assinada** (ver anexo VI do projeto do contrato).
  - e) Assinatura da pessoa devidamente autorizada: um documento oficial (estatutos, procuração, declaração notarial, etc.) que comprove que a pessoa que assina em nome da empresa/empresa comum/consórcio está devidamente autorizada para o efeito.
- (2) A **organização e metodologia** (que constituirá o anexo III do contrato), a elaborar pelo proponente, utilizando o modelo que figura no anexo III do projeto de contrato.
- (3) **Peritos principais** (que constituirá o anexo IV do contrato). Os peritos principais são as pessoas cuja participação é considerada essencial para a realização dos objetivos do contrato. O anexo IV do projeto de contrato contém os modelos que os proponentes devem preencher, incluindo:
- a) Uma lista nominativa dos peritos principais;
  - b) O CV de cada perito principal. Os CV não podem ter mais do que três páginas e só pode ser apresentado um único CV para cada uma das funções descritas no caderno de encargos. Caso sejam apresentados CV com mais de três páginas, só as três primeiras páginas serão tidas em conta. A Comissão de avaliação só terá em conta a experiência profissional mencionada no CV. Não é necessário apresentar CV de peritos não principais.

As habilitações e a experiência de cada perito principal devem corresponder claramente aos perfis definidos no caderno de encargos. Se não cumprir os requisitos mínimos para cada critério de avaliação (ou seja, a qualificação e as competências, experiência profissional geral e a experiência profissional específica), o perito não será aceite. Nesse caso, toda a proposta será recusada.

O proponente deve ainda apresentar os seguintes documentos no que respeita aos peritos principais propostos:

- uma cópia dos diplomas referidos nos respetivos CV;
- uma cópia dos certificados ou referências das entidades patronais, ou cópias assinadas de contratos de consultoria ou de trabalho, que comprovem a experiência profissional indicada nos respetivos CV. A admissibilidade de quaisquer outros documentos comprovativos da experiência profissional indicada no CV é deixada ao critério da entidade adjudicante.

Apenas os diplomas e a experiência (ou seja, não as declarações dos próprios peritos) serão tidos em conta. Não será utilizada como referência experiência anterior que tenha causado infração e rescisão de contrato.

- (4) Os peritos secundários também podem ser essenciais para a realização dos objetivos do contrato. Contudo, não são submetidos a avaliação pela comissão de avaliação. As respetivas funções e responsabilidades são definidas no artigo 6.1.2 do caderno de encargos, no anexo II do projeto de contrato.
- (5) Provas documentais ou declarações exigidas pela legislação do país de estabelecimento da sociedade (ou de cada sociedade, no caso de consórcios), dos subcontratantes e das entidades que proporcionam capacidades, que comprovem que não se encontram em nenhuma das situações de exclusão previstas no artigo 2.6.10.1 do guia prático. As provas, documentos ou declarações devem ter uma data que não pode ser anterior em mais de um ano à data da apresentação da proposta. Além disso, o proponente selecionado deve apresentar uma declaração que ateste que, desde a data da emissão dos referidos documentos, não se verificou qualquer alteração da sua situação.

Se, em virtude da sua natureza, a entidade do proponente não for abrangida pelas situações de exclusão e/ou não puder apresentar os documentos acima indicados (por exemplo, administrações públicas nacionais e organizações internacionais), queira apresentar uma declaração que esclareça essa situação.

A entidade adjudicante pode dispensar os proponentes da apresentação das provas documentais acima referidas se tais documentos já tiverem sido apresentados no âmbito de outros procedimentos de adjudicação de contratos anteriores e desde que a emissão dos mesmos não date de há mais de um ano e que ainda sejam válidos. Nesse caso, os proponentes devem declarar sob compromisso de honra já ter apresentado os documentos num procedimento de adjudicação de contratos anterior e confirmar que a sua situação não se alterou após a respetiva apresentação.

- (6) Provas documentais da situação financeira e económica e da capacidade técnica e profissional de acordo com os critérios de seleção especificados no anúncio de concurso/informações adicionais sobre o anúncio de concurso anexo (ver também o artigo 2.6.11 do guia prático).

Se as provas documentais apresentadas estiverem redigidas numa língua oficial da União europeia distinta da utilizada no concurso, recomenda-se vivamente que seja facultada uma tradução na língua do processo do concurso a fim de facilitar a avaliação dos documentos. Relativamente às provas documentais ou declarações, podem ser apresentadas quer cópias quer originais. Se forem apresentadas cópias, as versões originais deverão estar disponíveis para serem enviadas à entidade adjudicante a pedido desta.

Recorda-se aos proponentes que a prestação de informações falsas no âmbito do presente processo de concurso poderá provocar a rejeição da proposta e a sua exclusão de todos os concursos e contratos financiados pela AICS.

#### **4.2. Proposta financeira**

A proposta financeira deve ser apresentada em MZN e ser apresentada utilizando o modelo para os contratos por preço global do anexo V da Parte B do presente processo do concurso.

O preço global poder ser fracionado por realizações de acordo com o caderno de encargos.

Recorda-se aos proponentes que o orçamento máximo afetado ao contrato, tal como referido no aviso de concurso, é de **16.764.000,00 MZN**. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados na moeda nacional da proposta.

As disposições fiscais e aduaneiras aplicáveis são as seguintes:

#### Isenção de impostos

Não existe acordo (total ou parcial) de isenção fiscal entre a AICS e o Moçambique.

### **5. Variantes**

Os proponentes não são autorizados a apresentar uma variante além desta proposta.

### **6. Prazo de manutenção das propostas**

Os proponentes ficam vinculados pelas suas propostas durante 90 dias a contar da data-limite de apresentação das propostas ou enquanto não forem notificados da não adjudicação. Em casos excecionais, a entidade adjudicante pode, antes do termo do prazo de manutenção das propostas, solicitar aos proponentes a prorrogação desse prazo por um período não superior a 40 dias.

O proponente selecionado deve manter a sua proposta por um prazo suplementar de 60 dias. O período suplementar de 60 dias é acrescentado ao prazo de validade, independentemente da data de notificação. Este período pode ser prolongado se for solicitado à entidade adjudicante que obtenha a recomendação do painel referido no artigo 2.6.10.1.1 do guia prático, até à adoção da recomendação.

### **7. Informações complementares antes da data-limite de apresentação das propostas**

Os proponentes podem formular perguntas por escrito no seguinte endereço até 18/09/2023 às 12:00 horas, especificando a referência de publicação e a designação do contrato:

AID 12042 – CIG 9957422494

RINO, Recursos, Inovação e Desenvolvimento para as áreas de conservação.

Contratação de serviços para a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Ambiental em Moçambique

Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Maputo (AICS Maputo)

Rua Damião de Góis 381, Maputo

[maputo@aics.gov.it](mailto:maputo@aics.gov.it)

O horário de abertura e encerramento:

a) Todos os dias úteis, excepto sábado:

Abertura: às 8:00 horas

Encerramento: às 16:30 horas



b) Sexta-feira:

Abertura: às 8:00 horas

Encerramento: às 14:00 horas

c) Domingos: descanso semanal.

A entidade adjudicante não é obrigada a prestar quaisquer esclarecimentos após esta data. Os eventuais esclarecimentos respeitantes ao processo de concurso devem ser comunicados simultaneamente a todos os proponentes, o mais tardar em data 10/09/2023.

Os proponentes que tentem entrar pessoalmente em contacto com a entidade adjudicante e/ou o governo do país parceiro e/ou a AICS a respeito do contrato durante o período do concurso poderão ser excluídos do mesmo.

Em 21/08/2023 às 10.00 h em sede de AICS na Av. Zimbabwe Nr. 1330, Maputo, realizar-se-á uma **reunião de informação** para responder a perguntas sobre o processo do concurso que tenham sido enviadas por escrito ou que sejam formuladas durante a reunião. Será lavrada uma ata da reunião, que será publicada, juntamente com os eventuais esclarecimentos prestados em resposta a perguntas escritas que não tenham sido abordadas durante a reunião, no sítio AICS o mais tardar 8 dias antes do prazo de apresentação das propostas. O sítio será atualizado regularmente, sendo os proponentes responsáveis por verificar essas atualizações e alterações durante o período de apresentação das propostas. Os proponentes suportam todos os custos de participação nessa reunião.

Não está planeada qualquer visita ao local de execução.

Não são organizadas visitas pelos potenciais proponentes durante o período do concurso.

## 8. Apresentação de propostas

As propostas devem ser enviadas à entidade adjudicante antes de 30/09/2023 às 12.00 h .

As propostas devem incluir todos os documentos exigidos na cláusula 4 e ser enviadas:

**QUER** por correio ou por serviços de entrega, fazendo fé, neste caso, o carimbo dos correios ou a data do recibo de entrega<sup>1</sup>, para:

**Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Maputo  
Rua Damião de Góis, 381, Maputo**

**QUER entregues em mão** pelo participante ou por um agente **diretamente** nas instalações da entidade adjudicante, contra entrega de um **aviso de receção assinado e datado**, caso em que faz fé o aviso de receção, a:

**Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Maputo  
Rua Damião de Góis, 381, Maputo**

A entidade adjudicante pode, por razões de eficácia administrativa, rejeitar qualquer pedido de

---

<sup>1</sup> Recomenda-se que o envio seja feito por correio registado para o caso de o carimbo dos correios não ser legível.

participação ou proposta apresentada nos serviços de correio dentro do prazo, mas que, por qualquer razão que escape ao controlo da entidade adjudicante, tenha sido recebida após a data efetiva de aprovação do relatório de pré-seleção ou do relatório de avaliação, caso a aceitação de pedidos de participação ou de propostas apresentados atempadamente, mas recebidos fora do prazo, seja suscetível de atrasar consideravelmente o procedimento de avaliação ou comprometer decisões já tomadas e notificadas.

As propostas devem ser apresentadas utilizando o sistema de duplo envelope, ou seja, um invólucro ou envelope exterior contendo dois envelopes fechados, selados, um dos quais deve ostentar a menção «**Envelope A — Proposta técnica**» e o outro «**Envelope B — Proposta financeira**». Todas as partes da proposta que não fazem parte da proposta financeira devem ser inseridas no Envelope A (ou seja, o formulário de apresentação da proposta, as declarações de exclusividade e de disponibilidade dos peritos principais e outras declarações).

No envelope exterior devem figurar as seguintes informações:

- a) O endereço para a apresentação das propostas acima indicado;
- b) O código de referência do concurso (ou seja, **CIG 9957422494**)
- c) A expressão «Não abrir antes da sessão de abertura das propostas»;
- d) O nome do proponente.

Cada envelope deve conter um índice. As páginas das propostas técnica e financeira devem ser numeradas.

## 9. Modificação ou retirada das propostas

Os proponentes podem modificar ou retirar as suas propostas através de uma notificação escrita, antes da data-limite de apresentação das propostas. As propostas não podem ser modificadas após o termo do prazo para a sua apresentação.

Tal notificação de modificação ou de retirada deve ser elaborada e apresentada em conformidade com a cláusula 8. O sobrescrito exterior (bem como o respetivo sobrescrito interior) deve ostentar a menção «Modificação» ou «Retirada», consoante o caso.

## 10. Custos de elaboração das propostas

Não serão reembolsados quaisquer custos incorridos pelo proponente com a elaboração e apresentação da proposta. A totalidade desses custos fica a cargo do proponente, incluindo os custos incorridos com a eventual entrevista dos peritos propostos.

## 11. Propriedade das propostas

A entidade adjudicante conserva a propriedade de todas as propostas apresentadas no âmbito do presente concurso.

## 12. Avaliação das propostas

A abertura das propostas recebidas não é pública.



Uma vez abertas pela entidade adjudicante, as propostas passam a ser propriedade sua e serão tratadas confidencialmente.

### **12.1. Avaliação das propostas técnicas**

A qualidade de cada proposta técnica será geralmente avaliada de acordo com os critérios de adjudicação e a respetiva ponderação, tal como especificado na grelha de avaliação que figura na Parte C do presente processo de concurso. Não serão aplicados quaisquer outros critérios de adjudicação. Os critérios de adjudicação serão examinados em conformidade com os requisitos precisados no caderno de encargos.

A avaliação das propostas técnicas será efetuada de acordo com os procedimentos referidos no artigo 3.4.10.3 do guia prático (disponível no sítio: <https://wikis.ec.MZNpa.eu/pages/viewpage.action?pageId=44169624>).

#### **12.1.1. Entrevistas**

A comissão de avaliação pode entrevistar os peritos principais indicados nas propostas que sejam conformes do ponto de vista técnico, após ter formulado por escrito as suas conclusões provisórias, mas antes de ter concluído a avaliação técnica.

A entrevista será feita por telefone ou por meios de comunicação alternativos, sendo o dia e a hora confirmados ou notificados aos proponentes com uma antecedência mínima de 10 dias. Caso o proponente não possa participar numa entrevista por motivo de força maior, procurar-se-á chegar a acordo quanto a uma nova data e hora convenientes para as duas partes. Caso o proponente não possa participar nesta segunda entrevista, a proposta será excluída do processo de avaliação.

### **12.2. Avaliação das propostas financeiras**

Após a conclusão da avaliação técnica, proceder-se-á à abertura dos sobrescritos que contêm as propostas financeiras relativamente às propostas que não tenham sido eliminadas no decurso da avaliação técnica (ou seja, as que têm uma pontuação média **igual ou superior a 75 pontos**). As propostas que excedam o orçamento máximo disponível para o contrato não serão aceites, pelo que não serão objeto de uma avaliação mais aprofundada.

### **12.3. Escolha do adjudicatário**

A proposta economicamente mais vantajosa será selecionada ponderando a qualidade técnica em relação ao preço numa base 80/20.

### **12.4. Confidencialidade**

Todo o processo de avaliação é confidencial, sob reserva da política da entidade adjudicante em matéria de acesso aos documentos. As decisões da comissão de avaliação são coletivas e as suas deliberações são secretas. Os membros da comissão de avaliação são obrigados a respeitar a confidencialidade. Os relatórios de avaliação e as atas escritas são documentos exclusivamente internos, que não podem ser comunicados aos proponentes nem a qualquer outra parte além da entidade adjudicante.

## **13. Cláusulas deontológicas e código de conduta**

### **a) Inexistência de conflitos de interesses**

O proponente não poderá estar numa situação de conflito de interesses nem ter nenhuma ligação específica a este respeito com outros proponentes ou partes que participam no projeto. Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de obter informações confidenciais, concluir acordos ilícitos com os seus concorrentes ou influenciar a comissão de avaliação ou a entidade adjudicante durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação e comparação de propostas conduzirá à rejeição da respetiva proposta e pode resultar em sanções administrativas, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro em vigor.

b) Respeito pelos direitos humanos e cumprimento da legislação ambiental e das normas laborais fundamentais

O proponente e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados. Os proponentes e requerentes aos quais tenham sido adjudicados contratos devem cumprir, em particular e em conformidade com a legislação de base aplicável, a legislação em matéria de ambiente, incluindo acordos ambientais multilaterais, e as normas laborais fundamentais, conforme aplicáveis e definidas nas convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (nomeadamente as convenções sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e obrigatório e a abolição do trabalho infantil).

**Tolerância zero no respeitante à exploração sexual, ao abuso e ao assédio:**

A entidade adjudicante pratica uma política de «tolerância zero» em relação a todos os comportamentos ilícitos que influenciem a credibilidade profissional do proponente.

São proibidas todas as formas de violência e castigos corporais, ou ameaças de violência e castigos corporais, de abuso ou exploração sexual, de assédio ou violência verbal, bem como quaisquer outras formas de intimidação.

c) Luta contra a corrupção e o suborno

O proponente deve cumprir toda a legislação aplicável e os códigos e regulamentos em matéria de luta contra o suborno e a corrupção. A entidade adjudicante reserva-se o direito de suspender ou anular o financiamento dos projetos, caso sejam detetadas quaisquer práticas de corrupção em qualquer fase do processo de adjudicação do contrato ou durante a execução de um contrato e a entidade adjudicante não tome todas as medidas adequadas para corrigir a situação. Nos termos da presente disposição, por «práticas de corrupção» entende-se qualquer oferta de suborno, presente, gratificação ou comissão, a título de incentivo ou de recompensa, para que alguém realize ou se abstenha de realizar atos relacionados com a adjudicação de um contrato ou com a execução de um contrato já celebrado com a entidade adjudicante.

d) Despesas comerciais extraordinárias

Uma proposta será rejeitada ou um contrato rescindido se se verificar que a adjudicação do contrato ou a sua execução deu origem ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. Tais despesas comerciais extraordinárias são as comissões não mencionadas no contrato principal ou não resultantes de um contrato corretamente celebrado e relacionado com o contrato principal, as comissões não pagas em contrapartida da prestação de um serviço legítimo e efetivo, as comissões pagas num

paraíso fiscal, as comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado e as comissões pagas a uma empresa que apresente todas as características de uma empresa de fachada.

Os adjudicatários de contratos relativamente aos quais se prove terem financiado despesas comerciais extraordinárias relacionadas com projetos financiados pela AICS ficam sujeitos, em função da gravidade dos factos provados, à rescisão dos seus contratos, ou deixarão definitivamente de poder beneficiar de financiamentos da entidade adjudicante.

e) Incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude

A entidade adjudicante reserva-se o direito de suspender ou anular o procedimento de adjudicação sempre que se prove que o procedimento foi objeto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude. Se, após a adjudicação do contrato, se verificar que o procedimento de adjudicação de contratos foi marcado por incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude, a entidade adjudicante pode optar por não celebrar o contrato.

## **14. Assinatura do contrato**

### **14.1. Notificação da adjudicação do contrato**

O resultado do presente processo de concurso será comunicado aos proponentes por escrito.

O proponente selecionado deve confirmar a disponibilidade ou indisponibilidade dos seus peritos principais no prazo de 5 dias a contar da data de notificação da adjudicação.

Em caso de indisponibilidade, o proponente poderá propor perito(s) principal(ais) suplente(s). O proponente selecionado deverá justificar devidamente a substituição de um perito principal, mas a sua aceitação não se limitará a casos específicos. Pode ser proposta a substituição de vários peritos principais, mas apenas durante o prazo de 15 dias a contar da data de notificação da adjudicação. O(s) perito(s) principal(ais) suplente(s) não pode(m) ser um perito proposto por outro proponente no mesmo concurso.

A pontuação total dos peritos principais suplentes deve ser pelo menos idêntica à pontuação do perito constante da proposta. Importa salientar que o perito suplente deve obter a pontuação mínima relativamente a cada critério de avaliação.

Se não forem propostos peritos principais suplentes num prazo de 15 dias ou se não forem devidamente qualificados, ou ainda caso a proposta de perito principal suplente altere as condições de adjudicação aplicáveis a este concurso, a entidade adjudicante pode decidir adjudicar o contrato ao proponente que obteve a segunda melhor pontuação tecnicamente conforme (dando-lhe igualmente a possibilidade de substituir um perito principal que não esteja disponível).

Se a entidade adjudicante tiver conhecimento de que um proponente confirmou a disponibilidade de um perito principal e assinou o contrato tendo deliberadamente omitido o facto de o perito principal estar indisponível na data de início da execução do contrato indicada no processo do concurso, a entidade adjudicante pode decidir rescindir o contrato com fundamento no artigo 36.º, n.º 2, alínea m), das condições gerais.

É conveniente recordar que o proponente/adjudicatário pode igualmente ser objeto de sanções administrativas e financeiras, como previsto no artigo 10.º, n.º 2, das condições gerais dos contratos de serviços. Além disso, essas sanções podem ir até à exclusão do proponente/adjudicatário de outros contratos financiados pela entidade adjudicante.

#### **14.2. Assinatura do contrato**

O proponente selecionado dispõe de 30 dias a contar da data da receção do contrato já assinado pela entidade adjudicante, para o assinar, datar e devolver à entidade adjudicante.

O incumprimento desta obrigação por parte do proponente selecionado pode constituir um motivo para a anulação da decisão de adjudicação do contrato. Nesse caso, a entidade adjudicante pode adjudicar o contrato a um outro proponente ou anular o concurso.

Paralelamente à notificação da adjudicação, os outros proponentes são informados de que as suas propostas não foram aceites através de meios eletrónicos ou por uma carta tipo em que são precisadas as insuficiências relativas da respetiva proposta, através de um quadro comparativo no qual são indicadas as pontuações obtidas pela proposta selecionada e as pontuações obtidas pela proposta eliminada. O proponente que obteve a segunda melhor pontuação é informado da notificação da adjudicação ao proponente selecionado com reserva da possibilidade de receber uma notificação de adjudicação a este proponente caso se afigure impossível assinar o contrato com o proponente selecionado. O proponente que obteve a segunda melhor pontuação pode recusar a adjudicação do contrato se, na data em que receber a notificação, os 90 dias de validade do contrato tiverem expirado.

Além disso, a entidade adjudicante informa simultaneamente os demais proponentes preteridos do resultado do procedimento de adjudicação. O envio destas cartas significa que as suas propostas deixam de ser válidas.

O anúncio de adjudicação do contrato em questão será publicado no sito AICS Maputo, [www.maputo.aics.gov.it](http://www.maputo.aics.gov.it)

#### **15. Anulação do concurso**

Em caso de anulação de um concurso, a entidade adjudicante notifica todos os proponentes desse facto.

Se o concurso for anulado antes da abertura do sobrescrito exterior das propostas, os sobrescritos não abertos e fechados serão devolvidos aos proponentes.

A anulação pode ocorrer, por exemplo:

- nos casos em que um concurso se revelou infrutífero, ou seja, não surgiu qualquer proposta suficientemente meritória a nível qualitativo ou financeiro para ser aprovada ou não foram apresentadas quaisquer propostas;

- se os elementos técnicos ou económicos do projeto tiverem sido fundamentalmente alterados;
- em circunstâncias excecionais ou de força maior que impossibilitem a execução normal do contrato;
- se todas as propostas conformes às especificações técnicas excederem os recursos financeiros disponíveis;
- se tiver havido incumprimentos, irregularidades ou fraudes substanciais no processo nomeadamente se impediram uma concorrência leal;
- quando a adjudicação não é conforme aos princípios de boa gestão financeira, ou seja, não respeita os princípios de economia, eficiência e eficácia (por exemplo, o preço proposto pelo proponente ao qual o contrato é adjudicado é objetivamente desproporcionado em relação ao preço do mercado).

A entidade adjudicante não é responsável por quaisquer danos, incluindo, a título não exaustivo, indemnizações por lucros cessantes de algum modo relacionados com a anulação do concurso, ainda que tenha sido advertida da possibilidade desses danos. A publicação de um anúncio de contrato não é constitutiva de uma obrigação imputável à entidade adjudicante no que respeita à execução do programa ou do projeto anunciado.

## 16. Vias de recurso

Os proponentes que se considerem lesados por um erro ou uma irregularidade cometidos no âmbito de um processo de adjudicação podem apresentar uma reclamação. Para mais informações, ver o artigo 2.12. do guia prático.

## 17. Proteção de dados

Se a resposta ao convite à apresentação de propostas implicar o registo e o tratamento de dados pessoais (tais como nomes, endereços e curricula), tais dados serão tratados<sup>2</sup> exclusivamente para efeitos da gestão e acompanhamento da proposta e do contrato pelo responsável pelo tratamento dos dados, mas poderão ser transmitidos aos organismos encarregados do acompanhamento ou inspeção em conformidade com a legislação da AICS. Além disso, atendendo a que o contrato está relacionado com uma ação externa em países parceiros fora da União Europeia e a que a AICS age a título de entidade adjudicante e em nome e em benefício dos países parceiros, pode ser feita a transmissão de dados pessoais para o país parceiro, exclusivamente para efeitos de cumprimento pela Comissão Europeia das obrigações que lhe incumbem por força do quadro legislativo aplicável e da execução da convenção de financiamento celebrada entre a AICS e o país terceiro no âmbito do presente concurso. Para mais informações relativas ao processamento dos dados pessoais, consultar a declaração de privacidade em:

---

<sup>2</sup> Em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento MZNpeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE («Regulamento (CE) n.º 45/2001») (JO L 205 de 21.11.2018, p. 39).

[https://wikis.ec.MZNpa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA\(Ch.2\):Aspetosgerais](https://wikis.ec.MZNpa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA(Ch.2):Aspetosgerais)<sup>3</sup>

Nos casos em que procede ao tratamento de dados pessoais no contexto de participação num concurso (por exemplo, CV de peritos essenciais e técnicos) e/ou de execução de um contrato (por exemplo, substituição de peritos) deve informar em conformidade os titulares dos dados sobre os detalhes do tratamento e transmitir-lhes a referida declaração de privacidade supra.

O responsável pelo tratamento dos dados do concurso é o Sr Director da sede AICS de Maputo, Dr. Paolo Enrico Sertoli.

As informações relativas ao tratamento dos seus dados pessoais pela AICS estão disponíveis na declaração de privacidade no seguinte endereço:

[https://aics.portaleamministrazionetrasparente.it/pagina605\\_privacy.html](https://aics.portaleamministrazionetrasparente.it/pagina605_privacy.html)

Nos casos em que procede ao tratamento de dados pessoais no contexto de participação num concurso (por exemplo, curricula de peritos essenciais e técnicos) e/ou de execução de um contrato (por exemplo, substituição de peritos) deve informar em conformidade os titulares dos dados a eventual transmissão dos seus dados às instituições e organismos da AICS e transmitir-lhes a declaração de privacidade supra.

## **18. Sistema de deteção precoce e de exclusão**

Os proponentes e, caso sejam entidades jurídicas, as pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre essas entidades, serão informados de que, caso se encontrem numa das situações de deteção precoce ou de exclusão, os seus dados pessoais (apelido e nome próprio (se se tratar de uma pessoa singular), endereço, forma jurídica e apelido e nome próprio das pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo (se se tratar de uma pessoa coletiva) podem ser registados no sistema de deteção precoce e de exclusão e comunicados às pessoas ou entidades competentes em relação à adjudicação ou à execução de um contrato.